

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 9ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 2.2 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 2.3 – Reuniões de Comissões
- 3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.891

Declara de utilidade pública a entidade Estação Cultura Social e Inclusão Digital, com sede no Município de Dolores do Indaiá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Estação Cultura Social e Inclusão Digital, com sede no Município de Dolores do Indaiá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.892

Dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no Município de Guarará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Professor Irineu Guimarães a escola estadual de ensino médio situada na Rua Professor Luiz Vianna, nº 50, Centro, no Município de Guarará.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.893

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Barão de Santa Cecília, com sede no Município de Carandaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro Barão de Santa Cecília, com sede no Município de Carandaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.894

Declara de utilidade pública a Fundação Dr. Sebastião Pereira Rennó, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Fundação Dr. Sebastião Pereira Rennó, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.895

Declara de utilidade pública a Associação de Voluntariado do Banco Ortopédico de Guaranésia, com sede no Município de Guaranésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Voluntariado do Banco Ortopédico de Guaranésia, com sede no Município de Guaranésia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.896

Declara de utilidade pública a Associação de Combate ao Câncer de Itamogi, com sede no Município de Itamogi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Combate ao Câncer de Itamogi, com sede no Município de Itamogi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.897

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD –, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.898

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Caldas, com sede no Município de Caldas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Caldas, com sede no Município de Caldas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.899

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Bem-Estar Animal de Governador Valadares, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção e Bem-Estar Animal de Governador Valadares, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.900

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Manga e Região – Aspromar –, com sede no Município de Buritis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Manga e Região – Aspromar –, com sede no Município de Buritis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.901

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores e Agricultores Rurais Esperança Andorinhas Assentamento Santa Cecília, com sede no Município de Campos Altos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores e Agricultores Rurais Esperança Andorinhas Assentamento Santa Cecília, com sede no Município de Campos Altos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.902

Declara de utilidade pública a Associação Moradores Povoado de Lagamar dos Coqueiros e Pequenos Produtores Rurais, com sede no Município de Coromandel.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Moradores Povoado de Lagamar dos Coqueiros e Pequenos Produtores Rurais, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.903

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais da Ilha do Coculo e Adjacências – Apptrica –, com sede no Município de Manga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais da Ilha do Coculo e Adjacências – Apptrica –, com sede no Município de Manga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.904

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Vicente Ferreira Lima, com sede no Município de São João do Pacuí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Vicente Ferreira Lima, com sede no Município de São João do Pacuí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.905

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Produtores Rurais de Bebedouro – ACPB –, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Produtores Rurais de Bebedouro – ACPB –, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.906

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Bairro Quatis, com sede no Município de Poço Fundo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Bairro Quatis, com sede no Município de Poço Fundo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 28 de fevereiro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 350/2018 (encaminhando emenda ao Projeto de Lei nº 4.826/2017), do governador do Estado – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.977 e 4.978/2018; Requerimentos nºs 10.224 e 10.230 a 10.234/2018; Requerimento Ordinário nº 3.166/2018 – Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Fabiano Tolentino, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 350/2018

(Correspondente à Mensagem nº 386, de 27 de fevereiro de 2018)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho à elevada deliberação dessa egrégia Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 4.826, de 2017, que dispõe sobre o programa de descentralização da execução de serviços para as entidades do terceiro setor e dá outras providências, o qual foi anexado ao Projeto de Lei nº 2.728, de 2015, que dispõe sobre a qualificação de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, como organização social de saúde – OSS – no âmbito do Estado.

A presente emenda visa alterar a Lei nº 22.828, de 3 de janeiro de 2018, que autoriza a transformação da empresa pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – em sociedade de economia mista.

Dessa forma, a emenda objetiva autorizar a Codemig a realizar operações de cisão, total ou parcial, fusão e incorporação, bem como outras medidas que se fizerem necessárias ao atendimento de suas finalidades institucionais.

Ressalto que tal autorização é exigida pelo inciso II do § 4º do art. 14 da Constituição do Estado, e se faz imprescindível ao processo de transformação da natureza jurídica da estatal, uma vez que possibilitará a separação dos seus ativos econômicos e contribuirá para a elevação do valor de mercado de suas ações.

Dessa forma, resta demonstrada a importância da proposta para a alienação das ações da Codemig, o que viabilizará o atendimento do princípio da eficiência, norteador de toda a atuação da administração pública.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a presente emenda.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 4.826/2017

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 4.826, de 2017, anexado ao Projeto de Lei nº 2.728, de 2015:

Art. (...) – O art. 1º da Lei nº 22.828, de 3 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)”

§ 1º – Para o atendimento da finalidade descrita no *caput*, a Codemig poderá, observada a legislação federal, realizar operações de cisão, total ou parcial, fusão e incorporação, bem como adotar outras medidas necessárias à consecução de seus objetivos.

§ 2º – O Estado manterá em seu poder, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, ressalvada a possibilidade de, com autorização legislativa, transferir o controle acionário da Codemig.”

– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.826/2017.

– Publicada, fica a Mensagem em poder da Mesa, aguardando a inclusão da proposição em ordem do dia.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.977/2018

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-060 que liga o Município de Papagaios ao Município de Pompéu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Cláudio Valadares Filgueiras o trecho da Rodovia MG-060 que liga o Município de Papagaios ao Município de Pompéu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de fevereiro de 2018.

Deputado Inácio Franco, 3º-Vice-Presidente (PV).

Justificação: Esta proposição tem por objetivo denominar Cláudio Valadares Filgueiras o trecho da Rodovia MG-060 que liga o Município de Papagaios ao Município de Pompéu, em outros termos, prestar uma justa e singela homenagem a esse cidadão que tanto contribuiu para o desenvolvimento do Município de Papagaios.

Na década de 1960 o mundo passou por grandes transformações: mudanças nos costumes, novas tecnologias, novas formas de governo, progresso, muita esperança. Foi nesta época, que no dia 27 de setembro de 1967 Cláudio Valadares Filgueiras nasceu na cidade de Papagaios, filho de Antônio Alves Filgueiras Campos e Maria de Lourdes Valadares Filgueiras, pai de dois filhos: Antônio Victor e Lara.

Cláudio passou a infância e mocidade em Papagaios, como todas as crianças de seu tempo andou de bicicleta pelas ruas empoeiradas, pescou, tomou banho nos córregos e lagoas, brincou nas enxurradas, andou a cavalo, frequentou o catecismo, foi coroinha, fez a 1ª Comunhão. Estudou na Escola Municipal "Olegário Pereira", Escola Estadual "Renato Filgueiras". Em 1982 foi

cursar o Ensino Médio em Belo Horizonte, no Colégio Santo Agostinho. Gostava muito de ler, seu livro preferido foi a Bíblia, sua biblioteca possuía centenas de livros, principalmente biografias, gostava de música, circo, filmes, viagens. Ajudou a construir o Lar dos Idosos.

Aos 18 anos entrou no ramo empresarial, extração e beneficiamento de ardósia, fundado juntamente com seu irmão Renato Filgueiras a MAP, empresa de mineração, com forte atuação no comércio interno e externo e um dos suportes da economia municipal. Com sua grande visão empresarial estabeleceu na MAP metas de trabalho, honestidade, organização. Tratava as pessoas com humildade, companheirismo, amizade.

Herdou de seus avós paternos e maternos a consciência de exercer a cidadania em prol do bem estar comum, o ideal de participar da organização e administração política, a liberdade de falar, agir e publicar seus pensamentos e ideias, reconhecendo a dignidade dos indivíduos, a igualdade entre os seres humanos e a liberdade de ações e decisões.

Em 1996 resolveu exercer o direito político de todo cidadão, o da soberania popular, que é o acesso a administração pública. Sem nunca ter filiado a partido político ou participado de lutas sindicais elegeu-se com o seu carisma e apoio da população, no alvorecer de sua mocidade, com apenas 29 anos o mais jovem prefeito de Papagaios.

Prefeito no período de 1997 a 2000, a prioridade de seu mandato foi oferecer educação, saúde, segurança e assistência social, tendo como objetivo oferecer ao cidadão papagaiense uma vida digna e humana, dotando cada um da capacidade de reconhecer seus direitos e deveres, oportunidade de trabalhar conscientemente para uma condição social íntegra e equilibrada.

Com a certeza de ter cumprido sua missão com responsabilidade e honestidade, terminou seu mandato, voltou para a MAP, enfrentou desafios na empresa, transformou seus objetivos e experiências em novas oportunidades e estímulo a um trabalho consciente e responsável com seus semelhantes.

Faleceu no dia 20 de novembro de 2003, com apenas 36 anos. Viveu pouco, mas o suficiente para fazer grandes realizações e tornar o ausente presente no coração de todos os papagaienses.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.978/2018

Autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – autorizado a doar ao Estado o imóvel com área de 1.138m² (um mil e cento e trinta e oito metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Margem da Rodovia BR-32, que liga o Município de Machado ao Município de Poços de Caldas, entre a Vila Centenária e o Cemitério da Saudade, no Município de Machado, e registrado sob o nº 11.617, a fls. 14 do Livro 3-N, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Machado.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à instalação de unidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – se, findo o prazo de 5 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2018.

Deputado Ivair Nogueira (PMDB)

Justificação: Trata-se de projeto de lei que objetiva autorização legislativa para doação de imóvel do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – ao Estado para que seja destinado à instalação de unidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

O referido imóvel é o que mais se aproxima das necessidades da corporação, principalmente em face da localização e instalações que não demandam grandes reformas.

Ademais, tudo indica que o imóvel não está sendo utilizado pelo DEER-MG.

Por fim, ressalte-se que a definição do imóvel que se afetará ao uso do CBMMG em Machado é imprescindível para que se dê continuidade ao processo de efetivação do destacamento.

Pelo exposto, solicito a anuência dos pares a esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.224/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja garantida a participação de representantes da Polícia Militar nas reuniões da Comissão de Segurança Pública, sob pena de convocação formal dos titulares de unidades da corporação para comparecimento obrigatório nos eventos da comissão.

Nº 10.230/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para iluminar na cor azul os Edifícios Minas e Gerais, na Cidade Administrativa, durante a Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, realizada na semana em que recair o dia 2 de abril, Dia Mundial do Autismo.

Nº 10.231/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a implementação de rede de drenagem pluvial, bem como a pavimentação das vias públicas da comunidade de Vila Nova de Resplendor, no Município de Capelinha, que, em períodos chuvosos, enfrenta situação de calamidade pública. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.232/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 14º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro, Grupo Fernão Dias, pela comemoração de seu centenário de fundação. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.233/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a instalação de redutores de velocidade na Rodovia MG-347, no acesso ao Bairro Barra Grande, em Cristina. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.234/2018, do deputado Ivair Nogueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a rede de supermercados Verdemar pelos 25 anos de sua fundação. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.166/2018

Do deputado Antônio Jorge em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.728/2015.

Questões de Ordem

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, porque não temos quórum para a sua continuidade, como V. Exa. pode perceber.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, o senhor abriu a reunião agora com o quórum qualificado. V. Exa., como presidente, tem todo o poder para rejeitar, de plano, esse questionamento.

O deputado Durval Ângelo – Não há quórum. Então faça a chamada.

O deputado João Leite – É decisão do presidente. Ele pode decidir. O presidente acaba de abrir a reunião. O deputado Antonio Carlos Arantes fez a leitura da correspondência, e nós a abrimos agora. Estamos inscritos. Não é democrática essa iniciativa. Estamos inscritos para falar. A minoria tem esse direito de se manifestar. A reunião foi aberta com 31 deputados, muito mais que o quórum necessário para abrir uma reunião e não pode...

O deputado Durval Ângelo – Não. Pela ordem, presidente.

O deputado João Leite – A única coisa que existe no Parlamento para a minoria é a fala. Estamos com os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. (– Manifestação nas galerias.) Eles querem ouvir os deputados que estão ao lado deles, os deputados da oposição. Nós, presidente, queremos falar, queremos mostrar para o Brasil a situação do servidor público. O PT...

O deputado Durval Ângelo – Pela ordem, Sr. Presidente. Ele não está fazendo questão de ordem. Aí vou pedir para intervir também.

O deputado João Leite – O servidor público está no seu direito de manifestação. Ele quer ouvir...

O deputado Durval Ângelo – Ele não está fazendo questão de ordem. Ele está fazendo intervenção. Só há uma alternativa, recomposição de quórum...

O deputado João Leite – Eles querem o direito à fala, através da oposição, portanto, está fora de ordem essa manifestação. Segundos após a abertura da reunião, querem chutar a bola e terminar o jogo. O jogo está começando agora, e estamos preparados para esse jogo. Não temos medo do grito. Nós vamos firmes contra este governo que está penalizando o servidor público. O servidor público do Estado de Minas Gerais não aguenta mais o governo do PT. O servidor público do Estado de Minas Gerais recebeu um golpe. O PT trouxe um golpe para Minas Gerais contra o servidor público do Estado de Minas Gerais. Estão aí os servidores públicos. O que eles fizeram no governo federal? Penalizaram o nosso país. Nós temos hoje 13 milhões de desempregados e, agora, querem desempregar o servidor público de Minas Gerais. Onde está a recomposição salarial do nosso servidor público? Esse governo tem a maioria na Assembleia Legislativa e é contra o servidor público do Estado de Minas Gerais. Não vamos nos calar. Temos o direito de fala, vamos para a tribuna, vamos defender o servidor público do Estado de Minas Gerais. Não querem ouvir a verdade, Sr. Presidente. A verdade é que o PT deu o golpe no servidor.

O deputado Durval Ângelo – A verdade é que, durante 12 anos, você não fez um discurso como esse.

O deputado João Leite – Golpe do PT!

O deputado Durval Ângelo – Durante 12 anos não ouvimos discurso como esse. Durante 12 anos! É demagogia.

O deputado João Leite – Golpe contra o servidor.

O deputado Durval Ângelo – Durante 12 anos, com apoio a políticas impopulares! Durante 12 anos ele não se manifestou dessa forma.

O deputado João Leite – Servidor público do Estado de Minas Gerais abandonado pelo PT. Chega!

O deputado Durval Ângelo – E pelo PSDB do Aécio, durante 12 anos.

O deputado João Leite – Esse governo autoritário, que não recebe o servidor público do Estado de Minas Gerais. Golpe! Golpe do PT contra o servidor público do Estado! Aquele partido que se chamava dos trabalhadores traiu a trabalhadora e o trabalhador, traiu o servidor público, Sr. Presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Partido dos traidores!

O presidente – Um momento. Vamos colocar ordem na questão. O deputado Durval Ângelo...

O deputado Gustavo Corrêa – Pela ordem, Presidente.

O presidente – Um minuto só.

O deputado Sargento Rodrigues – Pela ordem, presidente.

O presidente – Um momento. Vou conceder a palavra, pela ordem, a todos. O deputado Durval levantou a questão, passamos a palavra ao deputado João Leite e vou concedê-la, pela ordem, ao deputado Gustavo Corrêa, que a havia pedido.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, queria fazer uma questão de ordem. A minha questão de ordem precede.

O presidente – Quero saber se V. Exa. insiste nesse pedido, porque vou fazer a recomposição de quórum.

O deputado Durval Ângelo – Concordo.

O deputado Sargento Rodrigues – Pela ordem, presidente.

O presidente – Vou proceder à recomposição e passarei a palavra ao deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Sargento Rodrigues – Estou pedindo pela ordem também, presidente.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, o deputado Durval Ângelo tem toda razão no seu direito de pedir o encerramento da reunião pela ausência de quórum. Mas V. Exa. sabe que é uma praxe desta Casa, e imagino que os parlamentares deveriam estar aqui presentes, porque V. Exa. abriu a reunião com um número acima do necessário para o funcionamento dos trabalhos. Com 2 minutos de reunião, tão logo foi feita pelo deputado Antonio Carlos a leitura das comunicações, o deputado Durval Ângelo, líder do governo, pediu o encerramento da reunião. Volto a dizer, regimentalmente ele tem todas as condições de fazê-lo. Mas, mais do que isso, acho que V. Exa. tem de solicitar informação à Mesa se todos os requerimentos e comunicados que chegaram foram lidos no tempo hábil e necessário. A oposição já quer alertar aos mineiros que não vamos permitir que o governador cometa esse crime contra Minas Gerais de vender o maior patrimônio de Minas Gerais, que é o nióbio da Codemig, para fazer politicagem e caixa, possivelmente para a sua reeleição. Mais do que isso, deputado Durval Ângelo, vou dizer a V. Exa. que algo de estranho ocorreu na manhã de hoje. Fiz questão de ouvir a leitura do deputado João Magalhães, dizendo que, na tramitação do projeto, chegaram a esta Casa emendas do governador Fernando Damata Pimentel. Surpreendentemente, Dr. Guilherme, essas emendas não foram lidas em Plenário. Acho que a Casa, mais uma vez, comete uma aberração regimental que vai até criar um vício nesse projeto. Então eu já estou antecipando o problema. Em todas as vezes que a oposição procurou dar o alerta, estávamos certos. Então, esperamos que o presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes, não cometa esse crime contra os mineiros.

O deputado Sargento Rodrigues – Pela ordem, presidente.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, da mesma forma, eu queria fazer uma questão de ordem, porque o deputado Durval Ângelo está aqui no sexto mandato consecutivo, é veterano nesta Casa. Consultei o nosso assessor que marca a presença dos deputados, e há 31 deputados presentes. Precisamos de 26 para abrir os trabalhos. Mas, 2 minutos depois de aberta a reunião, o deputado Durval Ângelo diz que não tem quórum. Isto aqui não é brincadeira, não. O deputado Durval Ângelo talvez esteja muito

incomodado, não querendo ouvir os servidores. Parece que ele não quer ouvi-los, presidente, porque o servidor público de Minas Gerais cansou de ser enganado pelo atual governo, cansou de ser embromado, de ser empurrado com a barriga, de ser empurrado pelo Calazans, pelo secretário de Fazenda, pelo secretário de Planejamento. E o deputado Durval Ângelo, percebendo a presença dos servidores, quer encerrar a reunião. Então, pediu à base, porque ontem não tinha ninguém aqui, ninguém. Eu fiz o desafio ontem para o PT, e não tinha nem um deputado da base no Plenário. Fiz questão de pedir ao câmara para filmar o Plenário. Causa-me estranheza, deputado Durval Ângelo, que faça isso 2 minutos após a abertura da reunião, com 31 deputados presentes. Presidente, V. Exa. poderia e pode responder ao deputado Durval Ângelo em tempo hábil: “Acabamos de fazer a contagem agora, com a abertura dos trabalhos. Não neste momento. Vamos ouvir os deputados da tribuna e em seguida a faremos”. Deputado Durval Ângelo, respeite mais o servidor público. Se o governador não os respeita, esta Casa deve respeitar. Infelizmente, deputado Dalmo, isso é um desrespeito. O servidor veio aqui, e o deputado Durval Ângelo sabe, porque esta Casa sempre foi chamada de caixa de ressonância. Onde está a propaganda da Assembleia dizendo que aqui é o poder e a voz do cidadão? Onde está a voz do cidadão? O cidadão está nas galerias, mas o deputado Durval Ângelo não quer ouvi-lo. Está com medo da cobrança, está fugindo da cobrança, porque seu governo é muito ruim. Este governo maltratou o servidor público, esse governador destruiu todas as políticas públicas. E agora, deputado Dalmo, ao arrepio da lei que rege o processo legislativo, eles querem aprovar duas emendas *frankenstein* no projeto do deputado Antônio Jorge, para fazer a cisão da Codemig, daquela parte boa, que pertence ao povo mineiro, e não ao governador. O governador é síndico do Estado, não é dono do patrimônio. Os donos do patrimônio são os mineiros. E ele quer entregar, a preço de banana, para os banqueiros, a parte boa da Codemig, para fazer politicagem. Para fazer uma laminha de asfalto para um prefeito, para comprar uma ambulância para outro prefeito, para dar um carrinho para a assistência social no ano de eleição. Está querendo vender, querendo negociar, querendo hipotecar a parte melhor da Codemig. É para isso que o deputado Durval Ângelo estava lá, cedo; é para isso que estarão hoje às 16h30min. Mas já avisei, deputado Durval Ângelo, se depender deste deputado – os demais do bloco de oposição podem não querer –, vou impetrar um mandado de segurança, porque esse projeto, essas emendas *frankenstein* não podem prosperar. É uma vergonha para o Parlamento permitir que duas emendas *frankenstein* venham se ancorar no projeto do deputado Antônio Jorge, como se ele fosse um hospedeiro, e simplesmente destroçar a Codemig. É isso que eles querem. Querem dividir, pegar a parte melhor e falar para os banqueiros: “Me deem um pouco de dinheiro, que tenho de gastar na campanha”. A tradução mais coloquial é esta: “Me deem um pouco de dinheiro, que quero usar com ações politiquieras para tentar me reeleger”. Vergonha desse governador e vergonha do líder de governo não querer ouvir os servidores públicos de Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago – Presidente, pela ordem.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Acabo de ouvir na Rádio Itatiaia o inspetor Edson, que está internado lá no hospital do Ipsemg. Ele disse ao Eduardo Costa – aliás, o diretor do Sindpol estava lá, levando o problema – que no hospital do servidor, que sofre desconto e paga todo mês ao Ipsemg, não há água quente em determinado horário. Disse que quando a comida é servida, não há funcionário para recolher o prato. Em relação a remédio, ele tem de pedir sua família para comprar. Essa é a situação no hospital do Ipsemg. Infelizmente, eles recolhem o dinheiro do funcionário e não o põem no Ipsemg. Esse dinheiro fica para contratar mais gente, como estão fazendo. Estão abrindo escritórios de órgãos e contratando pessoas e mais pessoas e mais pessoas. Infelizmente estamos vendo isso agora, e há um boato muito ruim. Parece que o governo do Sr. Fernando Damata Pimentel é um governo que adora os bancos e os banqueiros. Existe um boato de que eles estão devendo, porque não pagam aos hospitais que ainda atendem o servidor. O hospital quer atender, mas quando não recebe e já gastou o soro, gastou os antibióticos, gastou o fio, gastou a prótese, acaba não tendo dinheiro para repor isso e acaba não podendo atender o servidor, que paga seu plano de saúde. Eles estão querendo arrumar um banco para emprestar um dinheiro para o Ipsemg, para que ele recolha 10% do que foi prestado de serviços em uma tabela, que já não é boa. Ficariam 10% para o banco, o Ipsemg pagaria esse juro, e o hospital seria avalista, para depois da eleição ver quem vai pagar isso. É o fim, é a pá de cal, é o enterro. Esse é o governo do Sr. Pimentel, que adora os bancos. Ele quer fazer uma negociação com o banco

para que os hospitais acabem de se estrumbar. Aliás, a Unimed já está fazendo uma campanha: “Venha do Ipsemg! Aceitamos você na Unimed”. Vai entregar o patrimônio do funcionário público para a iniciativa privada? Parece que é isso que o governo quer. E parece que essa questão da Codemig é a última tábua de salvação. O governo, em vez de ouvir a oposição, criou, no início, o primeiro projeto do governo, criou mais secretarias, mais subsecretarias, mais cargos de comissão. Falávamos: “Não vai dar conta, vamos aproveitar o funcionalismo público. Vamos pelo menos pagar em dia, até o quinto dia útil, como foi feito durante 12 anos, o 13º salário em dia, como foi feito durante 12 anos...”. Agora vemos uma serviçal, que ganha menos de R\$1.000,00 ter parcelamento no 13º salário em quatro parcelas. Isso é muito injusto, é muito doído. O que eles fazem? Pegam o dinheiro de quem está discutindo causa da Justiça. Cinco bi! Joga o governo para o outro ano. Não há um projeto de resolução daquilo que deve ser feito para manter o Estado em funcionamento! Agora querem vender o nióbio, e ninguém sabe se isso vai ser a redenção até do Brasil, mas sabemos que é a redenção de Minas Gerais, com certeza. É para entregar aos banqueiros, que, se não quiserem, vão privatizar e entregar aos banqueiros chineses, que vêm com a sanha de pegar essa questão privatista. A BR-135 foi passada do governo federal para o governo estadual e já vão licitar uma estrada sem duplicação para fazer cinco pedágios para o povo do Norte de Minas pagar. É assim que o governo age: aumenta mais conta, aumenta o imposto da gasolina, aumenta o imposto do álcool. Quer dizer, ao sair de casa para trabalhar, a pessoa pagará mais imposto em razão da gasolina, do álcool e da energia elétrica. Então, pedimos aos funcionários públicos que fiquem de prontidão na Assembleia. Do contrário, passará goela abaixo a venda do nióbio, que é um metal nobre e 90% estão aqui. Estamos atentos e poderemos fazer a obstrução. Mas, sem os funcionários e o povo de Minas Gerais, o governo vai tratorar, realmente, mais essa situação e acabar com todo o patrimônio dos mineiros porque privatizarão tudo. É golpe!

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, é uma questão de ordem. Eu, os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e V. Exa. participamos, no dia de hoje, na parte da manhã, da Comissão de Administração Pública. Havia um único projeto na pauta. Era uma reunião extraordinária da Comissão de Administração Pública da qual eu e o deputado Sargento Rodrigues somos membros efetivos pelo nosso bloco de oposição. Lá foram recebidas duas emendas encaminhadas pelo governo do Estado, num projeto de autoria do deputado Antônio Jorge. A minha pergunta em questão de ordem é a seguinte: como essas duas emendas já foram acopladas ao projeto de lei do deputado Antônio Jorge, na manhã de hoje, na Comissão de Administração Pública, se as duas emendas só foram recebidas em Plenário e lidas nesta reunião que está acontecendo agora? Essa é a questão de ordem que faço. Regimentalmente o caminho não seria, primeiro, o recebimento e a leitura das emendas em Plenário para, depois disso, elas serem encaminhadas à comissão e ao relator do projeto de lei do deputado Antônio Jorge? Como anteciparam em 3, 4, 5 horas o recebimento dessas emendas na comissão? Já fizeram o parecer e distribuíram o avulso que será votado agora, às 16h30min, na mesma comissão. Aliás, não está nem ali marcado que a Comissão de Administração Pública se reunirá extraordinariamente às 16h30min. Então, essa é a questão de ordem. Gostaria que V. Exa. trouxesse resposta a ela. Muito obrigado.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Questão de ordem, presidente.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Antonio Carlos Arantes.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Quero cumprimentar pela presença o Mário Cezar, popular Gugu, vereador de Nepomuceno, que tem um trabalho social fantástico nessa cidade. Além disso, quero fazer um apelo aos deputados. O povo nos paga para trabalhar, Sr. Presidente. Se você ligar as rádios, principalmente as mais ouvidas, verá que o próprio governo Pimentel, na sua propaganda oficial – e custa caro fazer propaganda, mas, para isso, ele tem dinheiro, ou seja, R\$100.000.000,00 por ano –, fala muito a palavra “diálogo”, que é preciso haver diálogo. Estamos aqui para dialogar com os servidores que estão nessa situação de penúria e sofrendo ao extremo. Hoje há servidor doente que não tem acesso mais ao seu plano de saúde e que está passando por dificuldades financeiras extremas. O nome dele foi para a Serasa, porque o governo do Estado não repassa aos bancos aquilo que desconta do servidor. Então, nós, deputados, temos de ter cuidado porque o nosso patrão é o povo. Se você não cumpre o seu papel, cuidado,

porque pode ser demitido em outubro. Estou aqui para dialogar e defender os interesses do povo mineiro. Estamos juntos. Contem conosco. Muito obrigado.

O presidente – Vamos chamar agora o primeiro orador inscrito, deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Durval Ângelo – Um momento, Sr. Presidente. Fiz uma questão de ordem que foi preliminar, que era o pedido de encerramento de plano da reunião, pela inexistência de quórum. Já que o Doutor Jean Freire não está presente, insisto, pedi o encerramento de plano da reunião. V. Exa. pode verificar que não há quórum aqui. Então, V. Exa. não poderia chamar. Não retirei a minha questão de ordem.

O presidente – Entendo V. Exa. Temos 38 deputados presentes.

O deputado Durval Ângelo – Não temos. Então, peço que faça chamada dos deputados para verificar.

O presidente – Estão aqui 38 deputados.

O deputado Durval Ângelo – Solicito que se faça a chamada dos deputados, isso é regimental. Solicito a chamada dos deputados.

O presidente – É regimental.

O deputado Durval Ângelo – Solicito a chamada dos deputados. Isso nunca existiu, Sr. Presidente. V. Exa. está atuando partidariamente.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, V. Exa. pode verificar de plano.

O deputado João Leite – Ele é o presidente da Casa.

O deputado Sargento Rodrigues – Ele não vai mandar aqui, não.

O deputado João Leite – É presidencialista.

O deputado Sargento Rodrigues – Não é o deputado Durval Ângelo quem vai dizer o que V. Exa. vai fazer, não. V. Exa. pode verificar de plano. Como V. Exa. verificou de plano, então pode funcionar. Cabe a V. Exa. fazer a avaliação e não ao deputado Durval Ângelo.

O presidente – Entendemos, deputado Durval Ângelo. Eu entendo...

O deputado Durval Ângelo – Não é o que o senhor entendeu, é o que o Regimento diz, Sr. Presidente.

O presidente – Sei que é regimental.

O deputado Durval Ângelo – Já que a primeira questão de ordem não foi acatada, que seria o encerramento de plano, estou solicitando que seja feita a chamada dos deputados, para recomposição de quórum.

O deputado João Leite – O deputado Durval Ângelo não pode determinar, ele é líder do governo. Líder do governo é uma coisa, aqui ele não determina.

O deputado Sargento Rodrigues – O deputado Durval Ângelo não é presidente, é líder de governo.

O deputado João Leite – Não é o líder de governo quem manda na Assembleia.

O deputado Sargento Rodrigues – Ele é líder de governo. Então, ele vai mandar nos liderados, não em V. Exa.

O deputado João Leite – O governo não manda na Assembleia. Pimentel não manda na Assembleia.

O deputado Sargento Rodrigues – O deputado Durval Ângelo quer ganhar no grito.

O deputado Durval Ângelo – Então, que se faça recomposição de quórum.

O deputado João Leite – Pimentel não manda na Assembleia.

O deputado Durval Ângelo – Faça a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Vou fazer a recomposição de quórum.

O deputado Sargento Rodrigues – O deputado Durval Ângelo não é presidente da Assembleia. Ele é líder de governo.

O presidente – Vou chamar o deputado Antônio Jorge para proceder à chamada de recomposição de quórum.

O deputado João Leite – Pimentel não manda na Assembleia.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, vamos solicitar que seja cortado o ponto dos deputados que não estão presentes. Aí ele responde pela sua base. Que seja cortado o ponto dos deputados que não estão presentes. O Regimento Interno também determina isso, o mesmo Regimento.

O presidente – Vamos acatar a manifestação de V. Exa. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Antônio Jorge) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 13 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 1º de março, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 1º/3/2018

Presidência do Deputado Arlen Santiago

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Douglas Melo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Gil Pereira – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Arlen Santiago) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 6, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 6/3/2018.).

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES NºS 48 A 53/2017, DOS SEGUINTE NOME PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: GIRLAINE FIGUEIRÓ OLIVEIRA, MARIA DO CARMO MENICUCCI DE OLIVEIRA, MARIA DA GLÓRIA FERREIRA GIUDICE, EDUARDO DE OLIVEIRA CHIARI CAMPOLINA, DALILA ANDRADE OLIVEIRA E GUSTAVO HENRIQUE ESCOBAR GUIMARÃES, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/10/2017

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Piccinini e Durval Ângelo, membros da supracitada comissão. O presidente, deputado Coronel Piccinini, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições

da comissão e proceder à arguição pública. A presidência passa a ouvir a indicada Dalila Andrade Oliveira. Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM). A presidência concede a palavra ao relator, deputado Durval Ângelo, para suas considerações e questionamentos, aos quais a indicada responde, conforme notas taquigráficas. Nesse ínterim, retira-se da reunião o deputado Cabo Júlio. A presidência retoma os trabalhos da reunião, agradece a presença da indicada e encerra os trabalhos por falta de quórum.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2017.

Celise Laviola, presidente – Leonídio Bouças – Ivair Nogueira.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/11/2017

Às 13h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação simbólica são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, por unanimidade, sob a relatoria da deputada Marília Campos, as Propostas de Ação Legislativa nºs 150, 170, 176, 177, 180, 185, 186 e 187/2017, com parecer pela aprovação na forma de requerimentos; 173 e 188/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.665/2017; 152, 164 e 179/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.665/2017 e requerimentos; 153 e 166/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.666/2017 e requerimento; 165, 174, 175, 182, 184 e 190/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda aos Projetos de Lei nºs 4.665 e 4.666/2017; 154, 157, 158, 160, 162, 167, 169, 183 e 189/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda aos Projetos de Lei nºs 4.665 e 4.666/2017 e requerimentos; sob a relatoria do deputado Doutor Jean Freire, as Propostas de Ação Legislativa nºs 161, 172 e 178/2017, com parecer pela aprovação na forma de requerimentos; 168/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.665/2017 e requerimentos; 163/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.666/2017 e requerimentos; 171, 181 e 218/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda aos Projetos de Lei nºs 4.665 e 4.666/2017; 151, 155, 156, 159 e 213/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda aos Projetos de Lei nºs 4.665 e 4.666/2017 e requerimentos; sob a relatoria do deputado João Vítor Xavier, as Propostas de Ação Legislativa nºs 195, 198, 200, 201, 202, 212, 214, 215, 219 e 221/2017, com parecer pela aprovação na forma de requerimentos; 192, 197 e 217/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.665/2017; 191, 193, 194, 199, 203, 207, 208 e 209/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.665/2017 e requerimentos; 196/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 4.666/2017 e requerimentos; e 204, 205, 206, 210, 216 e 220/2017, com parecer pela aprovação na forma de emenda aos Projetos de Lei nºs 4.665 e 4.666/2017 e requerimentos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Neste momento, deixa a reunião o deputado João Vítor Xavier e comparece a deputada Rosângela Reis, membro da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.832/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados ao governador do Estado o Relatório da Discussão Participativa do Projeto de Lei nº 4.665/2017, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2018, e pedido de providências para que as alterações propostas por meio de emendas apresentadas pela Comissão de Participação Popular, por sugestão da população, sejam executadas no exercício de 2018;

nº 10.837/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – o Relatório da Discussão Participativa do Projeto de Lei nº 4.665/2017, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2018, e pedido de providências para que as alterações propostas por meio de emendas apresentadas pela Comissão de Participação Popular, por sugestão da população, sejam executadas no exercício de 2018;

nº 10.839/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Governo – Segov – o Relatório da Discussão Participativa do Projeto de Lei nº 4.665/2017, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2018, e pedido de providências para que as alterações propostas por meio de emendas apresentadas pela Comissão de Participação Popular, por sugestão da população, sejam executadas no exercício de 2018.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária convocada para 28/11/2017 às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 57/2018, DE EVALDO FERREIRA VILELA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG –, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/2/2018

Às 14h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tadeu Martins Leite, Durval Ângelo, Agostinho Patrus Filho e Cássio Soares (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado Tadeu Martins Leite, para presidente, e do deputado Durval Ângelo, para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Tadeu Martins Leite e Durval Ângelo, ambos por unanimidade. Na condição de presidente *ad hoc*, o deputado Durval Ângelo empossa, no cargo de presidente, o deputado Tadeu Martins Leite. Este, por sua vez, empossa o deputado Durval Ângelo no cargo de vice-presidente. Em seguida, a presidência acusa o recebimento da Indicação nº 57/2018, em turno único, da qual designa como relator o deputado Durval Ângelo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2018.

Tadeu Martins Leite, presidente – Durval Ângelo – Antônio Jorge.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/2/2018

Às 16h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Emidinho Madeira (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da liderança do BCMG) e João Magalhães (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.244/2018, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Minas e Energia para debater a privatização de Furnas e fazer o lançamento da Frente Parlamentar contra a Privatização de Furnas – empresa do Sistema Eletrobras. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2018.

João Vítor Xavier, presidente – Antonio Carlos Arantes – Duarte Bechir.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/2/2018

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.171/2015, no 1º turno (Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição), e 2.282/2015, no 1º turno (Carlos Pimenta, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 11.199, 11.208 e 11.210/2018. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.213/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação vivenciada no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, com a falta de medicamentos básicos, atraso nos salários dos servidores, paralisação dos atendimentos e atraso na realização das cirurgias eletivas;

nº 11.219/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater o programa Segurança do Paciente;

nº 11.221/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões relativas à esclerose múltipla por ocasião do Dia Mundial de Conscientização sobre Esclerose Múltipla;

nº 11.246/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada visita à Santa Casa, no Município de Caeté, no dia 22/2/2018, às 19 horas, para discutir as dificuldades do hospital e seu possível fechamento;

nº 11.254/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a liberação do repasse de recursos devidos ao Município de Três Pontas e para a Santa Casa do Município;

nº 11.255/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao secretário de Governo de Minas Gerais pedido de informações relativas ao Ipsemg no período de 2015 a 2017, com o esclarecimento de quanto o Instituto arrecadou nesse período com as contribuições dos servidores, a coparticipação e a contribuição patronal, como esse recurso foi aplicado e quanto o instituto ainda tem em caixa;

nº 11.256/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer sejam realizadas visitas ao Procurador-Geral do Ministério Público, ao Conselho de Estado de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado para discutir a questão dos repasses financeiros da área da saúde aos municípios mineiros, bem como as atuais dificuldades por que passa o Ipsemg;

nº 11.257/2018, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, João Leite, Felipe Attiê, Antônio Jorge e Gustavo Corrêa, em que requerem seja realizada visita ao Hospital Governador Israel Pinheiro, do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, com a finalidade de verificar os impactos da recorrente falta de repasse de recursos financeiros por parte do Poder Executivo para esse instituto;

nº 11.258/2018, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão e Antônio Jorge, em que requerem sejam realizadas audiências públicas nos meses de fevereiro, maio e setembro de 2018 para ouvir a apresentação do relatório detalhado do gestor do SUS no Estado, para as quais seja convidado o secretário de Estado de Saúde, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;

nº 11.259/2018, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, João Leite, Felipe Attiê, Antônio Jorge, Gustavo Corrêa e Doutor Wilson Batista, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir a recorrente falta de repasse de recursos por parte do Poder Executivo para o Ipsemg, as precárias condições de atendimento aos segurados e demais beneficiários do plano de saúde na capital e no interior do Estado e as difíceis condições de trabalho dos servidores decorrentes da sistemática indisponibilidade dos recursos financeiros indispensáveis para o regular funcionamento do órgão;

nº 11.260/2018, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam regularizados os repasses no custeio do Centro Estadual de Atenção Especializada – Ceae –, situado no Município de Muriaé;

nº 11.261/2018, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ipsemg pedido de providências para a regularização do atendimento hospitalar, suspenso desde janeiro deste ano, aos conveniados desse instituto junto aos Hospitais Vera Cruz e Luxemburgo, em Belo Horizonte;

nº 11.262/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações relativas ao período de 2015 a 2017, esclarecendo quanto o instituto arrecadou com as contribuições dos servidores, a coparticipação e a contribuição patronal, como esse recurso foi aplicado e quanto o instituto ainda tem em caixa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2018.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Wilson Batista – João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/2/2018

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo e Isauro Calais (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.988 e 9.991/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.184/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para esclarecer as populações dos municípios onde serão implantados eletrodos do Sistema de Transmissão Xingu-Rio sobre os

reflexos dessa implantação no seu cotidiano e seus impactos ambientais. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 11.196/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.773/2017, de autoria deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;

nº 11.090/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja designado um promotor de justiça com dedicação exclusiva para atuar na Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2018.

Glaycon Franco, presidente – João Magalhães – Marília Campos.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/2/2018

Às 14h8min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Bonifácio Mourão, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Rogério Correia e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e declara que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e das perícias médicas, a partir de diagnóstico realizado em todas as regiões do Estado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg; e Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora geral do Sind-UTE-MG; e os Srs. César Lima, secretário adjunto de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando o secretário; Hugo Vocurca Teixeira, presidente do Ipsemg; Carlos Alberto Menezes de Calazans, assessor-chefe de Relações Trabalhistas e Sindical da Seplag; Geraldo Henrique da Conceição, diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos-MG; Cristiano Matta Machado, diretor de Políticas de Saúde do Ipsemg; e Alexandre Pires, presidente do Conselho de Beneficiários do Ipsemg – CBI. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Nozinho – João Magalhães.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/2/2018

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Duarte Bechir e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a

receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.289/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de atenção às pessoas com doenças raras, tendo em vista a comemoração do Dia Mundial das Doenças Raras, em 28/2/2018;

nº 11.290/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Duarte Bechir, em que requerem seja realizada audiência pública, em 21/3/2018, para debater as políticas de promoção da participação comunitária e familiar das pessoas com Síndrome de Down, tendo em vista as atividades da Semana Estadual da Síndrome de Down, realizadas durante a semana em que incidir o dia 21/3/2018;

nº 11.291/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater as parcerias entre as Apaes e o Estado, tendo em vista a comemoração do Dia Estadual das Apaes, em 25 de março;

nº 11.292/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a judicialização das demandas relativas às pessoas com deficiência;

nº 11.293/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater as medidas necessárias à eliminação das diversas barreiras que impedem a participação social da pessoa com deficiência;

nº 11.294/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita ao Instituto São Rafael, tendo em vista a comemoração do Dia Nacional do Sistema Braille, em 8 de abril;

nº 11.295/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a acessibilidade da pessoa com deficiência visual, tendo em vista a comemoração do Dia Nacional do Sistema Braille, em 8 de abril;

nº 11.296/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para iluminar na cor azul os Edifícios Minas e Gerais, na Cidade Administrativa, durante a Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, realizada na semana em que recair o dia 2 de abril, Dia Mundial do Autismo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Antonio Carlos Arantes – Elismar Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/2/2018

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Nozinho, por indicação da liderança do BVC) e Elismar Prado (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/1/2018 e 3/2/2018), e Rosilene Cristina Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (27/01/2018). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.614/2017, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o

Requerimento nº 10.179/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado João Vítor Xavier. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.330/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual situação do Instituto São Rafael e de seus alunos, tendo em vista a política governamental de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino;

nº 11.332/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita ao Instituto São Rafael para conhecer como tem ocorrido o processo de inclusão escolar e social dos alunos egressos do referido instituto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Gustavo Valadares, Doutor Wilson Batista (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Durval Ângelo (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), João Leite (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC) e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. Registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado João Magalhães, sobre o Projeto de Lei nº 2.728/2015, que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a extraordinária de hoje, às 16h30min, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 2.728/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2018.

João Magalhães, presidente – Durval Ângelo – Gustavo Corrêa – Sargento Rodrigues – Cabo Júlio – Agostinho Patrus Filho.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

O 1º-secretário despachou, em 1º/3/2018, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.130/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.410/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 26/2/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cleide Lúcia dos Santos, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

exonerando Felipe Monteiro Domingues Caixeta, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Eduardo Caldeira de Souza Penna, padrão VL-51, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Jefferson Douglas de Oliveira, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Jorge Washington Cançado Neto, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 4/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 16/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/3/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de passageiros em micro-ônibus executivo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 1º de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/3/2018, na pág. 79, onde se lê:

“Eduardo Martins de Lima”, leia-se:

“Eduardo Martins de Almeida”.